

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 25 Outubro 2007)

**Source:** Interview de José Medeiros Ferreira / JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, Miriam Mateus, prise de vue : François Fabert.- Lisbonne: CVCE [Prod.], 25.10.2007. CVCE, Sanem. - VIDEO (00:10:11, Couleur, Son original).

**Copyright:** Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)  
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.  
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

**URL:**

[http://www.cvce.eu/obj/entrevista\\_de\\_jose\\_medeiros\\_ferreira\\_o\\_pedido\\_de\\_adesa\\_o\\_de\\_portugal\\_as\\_comunidades\\_europeias\\_lisboa\\_25\\_outubro\\_2007-pt-346eb8ca-0250-4eef-b0c1-954a297f8036.html](http://www.cvce.eu/obj/entrevista_de_jose_medeiros_ferreira_o_pedido_de_adesa_o_de_portugal_as_comunidades_europeias_lisboa_25_outubro_2007-pt-346eb8ca-0250-4eef-b0c1-954a297f8036.html)



**Last updated:** 04/07/2016

## Entrevista de José Medeiros Ferreira: o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 25 Outubro 2007)

[Miriam Mateus] A 28 de Março de 1977...

[José Medeiros Ferreira] Ora é uma data histórica...

[Miriam Mateus] Portugal é o 11º país a pedir formalmente a adesão às Comunidades Europeias. Penso que o senhor professor acompanhou um pouco este processo...

[José Medeiros Ferreira] Não foi um pouco, acompanhei intensamente o processo porque era ministro dos Negócios Estrangeiros e, portanto, todas as diligências diplomáticas e políticas passaram pelo meu gabinete, juntamente, obviamente, com o gabinete do primeiro-ministro.

[Miriam Mateus] E quais foram os elementos decisivos para que Portugal fizesse o pedido nessa altura?

[José Medeiros Ferreira] Os elementos decisivos? Primeiro, o nosso objectivo era entrar na Comunidade Económica Europeia. Depois, a nossa avaliação foi a seguinte: o período revolucionário em Portugal tinha sido tão agitado e tão indeterminado que nós precisaríamos de demonstrar, quer à sociedade portuguesa, quer aos países europeus, que tínhamos uma âncora de desenvolvimento e de padrão de inserção internacional. Também tínhamos a sensação de que dificilmente os países da Comunidade Europeia poderiam dizer «não» ao Estado Português naquela altura, razão pela qual nos decidimos pela rapidez do pedido de adesão.

Ou seja, a sensação que tínhamos era que a Europa tinha apanhado um... digamos... um relativo susto com o que se estava a passar em Portugal e que a melhor maneira de sanear, do ponto de vista político, as coisas e de criar um espaço de tranquilidade na Península Ibérica era aceitar o pedido de adesão de Portugal, tanto mais que a própria Espanha se preparava para uma transição política entre a ditadura franquista e um regime democrático. Na altura ainda não se sabia muito bem as características que essa transição tomaria, e, portanto, a rapidez no pedido de adesão, como disse há pouco, também tem a ver com essa expectativa de que, mais cedo ou mais tarde, a própria Espanha se iria dotar de um regime democrático. E o que é lógico é que a Espanha também viria a pedir a adesão à Comunidade Económica Europeia. Portanto, não faria nenhum sentido para Portugal, que já tinha participado noutras formas de integração económica europeia, como a própria EFTA, se atrasasse nesse processo – até porque estava mais bem preparado em termos de comércio livre e de abertura aos mercados exteriores do que a própria Espanha, que tinha feito um grande esforço de industrialização, mas relacionado com o seu mercado interno, não é verdade?

Portanto, o nosso pedido de adesão, a rapidez do pedido de adesão – do primeiro Governo Constitucional em Portugal, portanto o Governo em que eu fui ministro dos Negócios Estrangeiros e o Governo presidido por Mário Soares –, a rapidez do pedido de adesão deve-se a que o nosso objectivo era entrar na Comunidade Europeia, deve-se a que os países da Comunidade Europeia dificilmente podiam dizer «não» a um pedido português naquela altura e deve-se também à expectativa de que a Espanha iria entrar na Comunidade Europeia mal pudesse, ou seja, mal se dotasse de um regime democrático.

Tudo o que eu estou aqui a dizer, não pense que é uma recuperação analítica *a posteriori*. Volto a repetir, isso está escrito no capítulo da Política Externa do primeiro Governo Constitucional, não é assim? Portanto, desse ponto de vista, os pressupostos do pedido de adesão – como eu costumo designá-los – foram esses e vou acrescentar mais um, que tem a ver com a descolonização portuguesa de 1975: a queda da ditadura e o processo revolucionário em Portugal. 1974 e 1975 foram anos marcados pela descolonização, que aliás foi uma das causas, senão a principal causa, do derrube da ditadura, na altura. Era uma guerra que se arrastava há mais de dez anos e, portanto, Portugal vai encetar um processo de transferência de soberanias, como se diz em termos técnicos, ou de descolonização como comumente é conhecido.

Os países saídos da descolonização, na altura, foram tidos como demasiado dependentes da ajuda soviética. A minha amiga não se lembra, porque é muito nova, e os seus colegas também não, mas não havia analítico

português ou internacional que, com aquela perícia que estes peritos costumam ter, não afirmasse peremptoriamente que aqueles países estavam sob a alçada soviética. Os próprios Britânicos tinham dito há uns anos atrás, quando a diplomacia portuguesa no tempo da ditadura dizia que Portugal estava em África, para que o comunismo não entrasse – era um argumento da ditadura na altura –, os próprios ingleses disseram: «Bem, os Portugueses dizem isso, mas, claro, nós sabemos que a União Soviética, mesmo que venha a penetrar em África, não tem as condições de sustentabilidade para uma presença efectiva...» Enfim, não interessa. Os próprios britânicos já tinham a sua própria ideia para falar de um país com alguma experiência em África. Esses documentos são públicos, portanto...

Quando nós pedimos a adesão, o pressuposto que está escrito no Programa é de que os países africanos de expressão portuguesa, saídos dessa descolonização, vão pedir a sua adesão à Convenção de Lomé. É uma previsão que eu gostava muito de acentuar, tenho bastante orgulho intelectual e político em tê-lo feito. Porquê? Porque quando Portugal entra efectivamente na Comunidade Europeia em 1986 – deixe-me dizer isso Miriam Mateus – todos os países africanos de expressão portuguesa são membros da Convenção de Lomé. Ou seja, desse ponto de vista, repare bem, as diplomacias africanas foram mais rápidas do que a própria negociação portuguesa para a entrada na Comunidade Económica Europeia. Quero ser muito preciso, o único país que ainda não era membro formal era Angola, mas cujas negociações já tinham terminado. E Angola também vai entrar na Convenção de Lomé em 1986.

Portanto, é só para dizer que esse pressuposto que eu apresentei aqui em último lugar no pedido de adesão, mas que na altura tinha uma força muito grande porque Portugal queria manter os seus laços económicos e comerciais – aqueles que eram possíveis, digamos, tendo em conta as independências e a tendência para o comércio livre, no fundo é disso que estamos a falar, desde há um pedaço –, nós queríamos manter esses laços e portanto não podíamos estar fora de convenções internacionais. Na altura, a Convenção de Lomé era apresentada e era, isto é, antes da grande globalização – isto ainda é quando a globalização não bate à porta dos países com a força que bateu depois –, a Convenção de Lomé foi apresentada, volto a repetir, e era, como uma das melhores soluções existentes na altura para o chamado «diálogo Norte/Sul», uma coisa de que hoje em dia já não se fala muito, não é assim?

E não é por acaso que Portugal tem em Lisboa, um Centro Norte/Sul do Conselho da Europa, bem sei, mas que tem muito a ver ainda com essa visão de que entre os países europeus e os países africanos algum laço mais estreito em termos de entendimento das trocas e da solidariedade internacional deveria existir. Como sabe, a Convenção de Lomé não era uma mera plataforma comercial, tinha substanciais fundos para o desenvolvimento industrial desses países, para o investimento, o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) em Bruxelas. E portanto, o nosso pedido de adesão, ou antes, a rapidez do pedido de adesão – porque é disso que estamos a falar –, volto a repetir, um Governo que toma posse em Julho, que passa o seu programa em Agosto, que se apresenta em Setembro a dizer que vai pedir em Bruxelas a adesão plena no momento oportuno, que inicia as diligências diplomáticas em Dezembro de 1976 para o efeito, que marca duas viagens do primeiro-ministro com uma delegação às capitais dos nove Estados-Membros da altura para dizer que vai pedir a adesão plena – essas viagens são efectuadas entre Fevereiro e princípios de Março de 1977 – e que pede a adesão, sabendo que a resposta será afirmativa, em 28 de Março de 1977, nós não podemos deixar de confirmar que é uma passada rápida e talvez uma das operações político-diplomáticas mais eficazes em que Portugal operou, não é assim?